

ATA da 26ª Sessão Ordinária no 2º Período do 24º Ano Legislativo da Câmara Municipal de Guapimirim, realizada no dia 6 de Setembro de 2016.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia seis de setembro de dois mil e dezesseis, sob a presidência do Vereador **André de Azeredo Dias**, realizou-se a *Vigésima Sexta Sessão Ordinária no Segundo Período do Vigésimo Quarto Ano Legislativo da Câmara Municipal de Guapimirim*. Dando início à reunião, o senhor **Presidente** convidou a Vereadora Rizê da Silva Silverio e o Vereador Fernando Amaro Garcia a assumirem, respectivamente, as funções de Primeiro e Segundo Secretários, e pediu a este que fizesse a chamada dos Srs. Vereadores, verificando-se as ausências de Claudio Vicente Vilar, Franklin Adriano Pereira, Marina Pereira da Rocha e Rosalvo de Vasconcellos Domingos. Logo após, colocou em discussão a ata da sessão anterior, que, não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, foi aprovada por unanimidade. Após, pediu à Primeira Secretária que fizesse a leitura dos documentos constantes do *EXPEDIENTE*, a saber: MENSAGEM: - n.º **002**, do **Poder Executivo**; PROJETO DE LEI: - n.º **1.168/16**, de autoria do **Poder Executivo**; REQUERIMENTO: - n.º **035/2016**, de autoria do Vereador **André de Azeredo Dias**. Em seguida, passou a palavra aos Senhores Vereadores. Com a **palavra**, o Vereador **José Carlos Benevenuto** deu início à sua fala assinalando que havia poucos Vereadores na Casa, e que era bom quando a mesma ficava cheia. Após, relatou que a estrada do Espinhaço, onde fazia caminhadas constantes, tempos atrás, não era transitada por veículos, em razão de haver muitos buracos e falta de iluminação pública na rua. Entretanto, continuou o Edil, se o Sr. Presidente fosse, naquele dia, àquele local fazer uma visita, veria que tudo estava asfaltado e iluminado. Afirmou que tal transformação ocorrera porque o Prefeito havia comprado uma fazenda naquele local, cujo valor girava em torno de um milhão e meio de reais, e que a sua primeira providência fora colocar luz ao longo da estrada. Assim, se alguém quisesse ir a Teresópolis não precisava utilizar a Rodovia, bastava que passasse pelo Paiol e subisse pelo caminho e, automaticamente, já sairia no Monte Olivete. Deduziu, então, como a fazenda dele era ali, ele queria fazer melhorias para beneficiar a si próprio, e cujo legado ficaria para ele depois que deixasse a Prefeitura. Ressaltou que para o povo ele não tinha feito nada, revelando que ficara triste, porque havia um monte no Espinhaço, o qual era muito frequentado por Pastores, além de várias pessoas que subiam lá para fazer suas orações. Inclusive, havia uma senhora muito conhecida, que se chamava Dona Luzia, moradora antiga do local, afirmara que a sua estrada nunca melhorava, e mesmo reivindicando melhorias por vários anos, nada era feito. Reiterou que o Prefeito mandara melhorar a estrada em que ele tinha sítio ou fazenda, mas onde as pessoas iam para orar e buscar a Deus continuava sem conservação. Disse que quando o Sr. Marco Aurélio era vice-Prefeito, nos comícios, falava o tempo todo em Deus, e ele, Ver. José Carlos, era prova daquilo porque naquela época era

Vereador, e disse que nos lugares onde ele, Marco Aurélio, representava o Prefeito, sempre falava de Jesus, mas que atualmente aquela devoção não mais existia. Assegurou que tais melhorias eram ordenadas pelo Marlon Vivas, de quem não sabia a verdadeira função que exercia, se era Secretário ou carregava mala, e ressaltou o constrangimento daquela situação. Em seguida, contou que na semana anterior fora ao Comitê do Quinze, e dava graças a Deus por estar apoiando tal partido e feliz com a certeza da vitória, visto que não tinha nem um mês de campanha eleitoral e já despontava na liderança. Após, o nobre Vereador comentou que a sua Deputada pediu-lhe que levasse a Paloma ao hospital, onde ficara aguardando atendimento das onze horas da manhã até às cinco da tarde, a fim de que os seus ferimentos, causados por espancamento, fossem tratados. Relatou que tinha ido ao hospital pedir para que ela fosse atendida, porque o pai da candidata do Quarenta e Cinco, o César, não a deixara entrar. Então, disse que assim que ele, Ver. José Carlos, chegara, rapidamente cuidaram da Paloma e pediram para fazer o boletim de ocorrência na Delegacia. Falou que a Paloma estava toda machucada e o médico dizendo que no hospital não tinha nada, não tinha algodão, gaze, resumindo, não havia medicamentos. Depois, falou que naquela semana teriam o feriado, e gostaria de saber se o pagamento dos funcionários da Prefeitura sairia naquela semana, porque com a crise financeira do país já estava difícil, e com o salário reduzido e atrasado ficava ainda mais complicado. Com a **palavra**, o **Sr. Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras. Com a **palavra**, o Vereador **Oswaldo São Pedro Pereira** iniciou dizendo que alguma medida deveria ser tomada, porque mesmo envolvidos na campanha eleitoral eles estavam trabalhando, em razão do compromisso que tinham com a população, e prova daquilo era que estavam presentes àquela Sessão. Disse que a ausência de alguns companheiros na Sessão dificultaria a aprovação de algumas matérias naquele dia, assim, pediu ao Sr. Presidente para que tomasse as medidas cabíveis, pois sabia que o nobre Edil sempre buscara o melhor para a sociedade e continuaria buscando. Contou que havia ligado para o Secretário de Saúde, Dr. Mário, o qual considerava um excelente Secretário, e esclareceu que o mesmo não tinha culpa da precariedade pela qual a Saúde do município estava passando, já que aquela situação vinha se arrastando ao longo dos anos. Disse que havia pedido ao Prefeito Marcos Aurélio que não fechasse o Posto de Saúde do Status, e assim que tivera conhecimento do seu fechamento, ligara de imediato para o Secretário, e o mesmo informara-lhe que não dependia deles. Justificou seu pedido ao Sr. Prefeito porque o Posto de Saúde de Parada Modelo atendia a população dos quilômetros três, quatro e do um e meio, e que as pessoas do quilômetro dezesseis para baixo eram atendidas no Posto do Status, enfatizando que aquela população precisava ser respeitada, porque fora compromisso do Prefeito não fechar aquele Posto quando o outro fosse reativado. Logo, considerando que já estavam com bastante dificuldade na área da saúde, pediu apoio a todos os nobres colegas no sentido de que o Posto do Status voltasse a funcionar, pois estava complicado para a população que dele dependia. Em **aparte**, o

Vereador **José Carlos Benevenuto** disse que fora informado que o Ministério Público havia uma semana fizera uma busca pelo filho e a irmã do Prefeito, a Sr^a Joelma, no hospital, e não os encontrara; logo, a partir de tais notícias, os nobres Edis podiam constatar como as coisas estavam difíceis. Afirmou que eles estavam fazendo coisas erradas, motivo pelo qual o Ministério Público estava procurando a família do Prefeito Marcos Aurélio, e que certamente iriam ter êxito. **Continuando**, o Vereador **Oswaldo São Pedro Pereira** agradeceu o Ver. José Carlos pelas palavras, e disse quem não podia mais sofrer era a população, a qual já vinha sofrendo ao longo daqueles quatro anos. Novamente, asseverou que eles, os Vereadores, sempre buscaram o bem da população e sempre trabalharam; assim sendo, desejavam que realmente aquele Posto de Saúde do Status passasse por melhorias, em vez de ter suas portas fechadas. Enfatizou que ficaram felizes quando o de Parada Modelo fora reinaugurado, mas pedia encarecidamente que reabrissem o Posto do Status e que colocassem profissionais trabalhando lá. Prosseguindo, salientou que eles vinham acompanhando o dia a dia e percebendo a dificuldade, deduzindo que nunca era tarde para se falar. Disse que estavam em um momento de reflexão, e tinha a certeza de que aquela Casa sempre havia cobrado a atuação do Prefeito Marcos Aurélio, ao contrário do que algumas pessoas falavam. Disse que fizeram tais cobranças por meio de Requerimentos, Indicações e Projetos de Leis, os quais se encontravam arquivados naquela Casa para quem quisesse consultar. O Ver. Osvaldo também falou que era muito fácil para os opositores irem às ruas fazer o trabalho de campanha política acusando os Vereadores de mandato, entretanto, se viessem sentar naquela cadeira e trabalhar com um Prefeito que não queria ter um compromisso com a população, veriam o quanto era difícil. Esclareceu que a função dos Vereadores era fazer Indicações, Requerimentos e Projetos de Leis, e, não, irem para o hospital brigar e agredir os funcionários para que o órgão funcionasse de forma adequada. Para o nobre Edil, a obrigação do Parlamentar era cobrar para que o médico estivesse a postos para fazer o atendimento, e que o salário do profissional fosse pago em dia, e ressaltou que aquilo eles, os Vereadores, estavam fazendo. Com a **palavra**, o **Sr. Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras, e disse em nível de esclarecimento para com Sua Excelência, que primeiramente gostaria de parabenizar aos Vereadores que se faziam presentes, pois estavam demonstrando comprometimento e respeito à população de Guapimirim. Informou que naquele dia seria votada uma matéria muito importante, no caso, o reajuste salarial dos profissionais da educação, mas devido à falta de quórum suficiente para aprovação de um Projeto de Lei, não seria possível a sua realização. No entanto, continuou o Sr. Presidente, Suas Excelências presentes estavam demonstrando comprometimento e respeito; logo, era o que importava, e assegurou que medidas administrativas seriam tomadas com relação àquele fato. Quanto ao fechamento do Posto de Saúde, considerou ser um total desrespeito e covardia o que aquele Governo vinha fazendo, e salientou que elogiavam quando se fazia algo positivo, como fora o caso do Posto de Saúde de

Parada Modelo, o qual havia sido reinaugurado e estava muito bonito. Contudo, sustentou que não via coerência ou vantagem em se inaugurar um Posto de Saúde e fechar outro, pois tal estratégia acabava por prejudicar aquela população que residia numa área mais afastada. A seguir, asseverou que aquele Parlamento vinha tomando todas as medidas necessárias para apurar as irregularidades e as denúncias realizadas, cujas respostas estavam sendo feitas naquele momento. Assim como o Ver. José Carlos acabara de citar, também tivera a informação de que o GAECO (Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado) estivera no hospital procurando por alguns funcionários da Saúde do município; logo, frisou que tal ação era uma resposta às denúncias e da indignação do povo, ou seja, da população e dos Vereadores que se faziam presentes. Com a **palavra**, o Vereador **Fernando Amaro Garcia** deu início à sua fala ressaltando que haveria uma matéria muito importante que estava agendada para ser votada naquele mesmo dia, e pediu ao público presente para que observasse bem os Vereadores que se faziam presentes, porque todos eles tinham ciência do compromisso daquele dia. Disse ainda que não considerava justo aqueles presentes à Sessão pagarem pelos erros dos ausentes. Esclareceu que o Vereador que faltava à Sessão sofria desconto no seu salário, e, mais uma vez, ressaltou que todos os Vereadores sabiam do compromisso, sendo que aquela Casa sempre havia trabalhado de forma séria, e que os Vereadores presentes desejavam que os cidadãos guapimirienses fossem felizes e tivessem, simplesmente, os seus direitos garantidos. Com a **palavra**, o **Sr. Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras. Com a **palavra**, a Vereadora **Rizê da Silva Silverio** iniciou sua fala cumprimentando a todos, e, em especial, aos profissionais da educação que se faziam presentes. Após, disse ao Sr. Presidente e que reafirmaria as palavras dos Vereadores Osvaldo, Fernando e José Carlos, e pediu que realmente fosse tomada uma providência em relação aos outros pares daquela Casa. Afirmou que a atitude dos faltosos muito a surpreendera, pois aquela Casa sempre tinha sido impecável com os assuntos importantes referentes à Secretaria de Educação e aos profissionais da educação daquele município. Salientou que sabiam que era necessário que todos estivessem presentes naquela Sessão, a fim de que o Projeto de Lei fosse aprovado, lembrando que anteriormente já houvera problemas. Assim, novamente pediu ao Sr. Presidente que tomasse as providências cabíveis, porque todos estavam em campanha eleitoral, mas compromisso era compromisso, e que deveriam ter mais respeito. Aproveitou para falar sobre o regime de dobras do município, e enfatizou a necessidade de sua regularização; todavia, questionou o valor especificado na regulamentação exarada pelo Poder Executivo, a qual delimita a quantia de oitocentos reais para Professor II, e mil reais para Professor I, mas que na verdade os docentes estavam recebendo valores abaixo daqueles acima mencionados. Então, gostaria que a Procuradoria daquela Casa, e também os seus pares, a ajudassem e aos profissionais da educação na garantia daquele direito, porque além do impacto por ser regulamentado naqueles dois valores, o

prejuízo estava sendo ainda maior no momento de receber. Logo, pediu ao Sr. Prefeito e aos Secretários responsáveis que o assunto fosse revisto, bem como tivessem compromisso com os professores do município. Complementou dizendo que os profissionais que estavam em sala de aula sabiam do seu próprio compromisso, assim, agradeceu aos profissionais, os quais, mesmo diante de tal dificuldade não abandonaram a sala de aula. Ultimando, disse que gostaria de externar os seus agradecimentos aos profissionais que tinham o compromisso com os alunos do município, reiterando que aquilo não seria esquecido e que iriam continuar lutando em defesa do direito do professor. Com a **palavra**, o **Sr. Presidente** parabenizou a nobre Edil por suas palavras, e disse que havia sido covardia do Poder Executivo, porque desde a semana anterior os professores estiveram presentes reivindicando os seus direitos de forma correta, porque considerava que os mesmos deveriam lutar mesmo e reivindicar, e naquele dia o Poder Executivo tinha informado que a matéria já estava naquela Casa de Leis, numa atitude totalmente covarde, tentando transferir a responsabilidade para eles, os Vereadores. Disse que o Projeto viera para aquela Casa com estudo de alto impacto nas finanças e, ainda assim, os pares daquela Casa, juntamente com ele, Sr. Presidente, em uma reunião que havia acontecido anteriormente naquele Plenário, tomaram a decisão colocá-lo em votação no Plenário para aprovação. Mas, infelizmente, não havia unanimidade de presença dos Vereadores, e que era necessário, no mínimo, a presença de seis Vereadores para que pudessem fazer a leitura da Ordem do Dia. Informou ainda que a matéria, com força de Lei, teria de aprovada por dois terços da Câmara, e que infelizmente não seria realizado naquele dia, ficando para a próxima terça-feira. Todavia, afirmou que estaria com os profissionais da educação que se faziam presentes, e que podiam ter a certeza de que o que cabia ao Plenário daquela Casa e aos Vereadores estava sendo feito, e que estavam sim lutando. Finalizando, disse que fora daquela forma que agiram desde o início do mandato, como havia ocorrido com o plano de cargos e salários e o reajuste; logo, ressaltou que qualquer benefício para o servidor público municipal, independente da área, fosse da educação, saúde ou outro segmento, seria providenciado e colocado em Plenário, em regime de urgência, naquela Casa. Concluído o Expediente, o Sr. **Presidente**, por falta de quórum regimental para a Ordem do Dia, encerrou a sessão quando eram onze horas e trinta e seis minutos. Nada mais tendo a registrar, eu, **Rizê da Silva Silverio**, _____, Primeira Secretária, mandei lavrar a presente Ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais Vereadores.

EM BRANCO